



### NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A

CNPJ 42.736.102/0001-10

#### MENSAGEM DOS ADMINISTRADORES

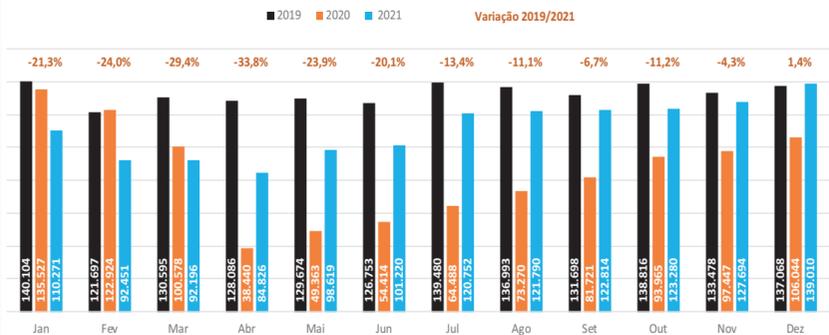
Sob a autorização legislativa da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, efetivada através do Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. foi constituída por sua Assembleia Geral, no dia 30 de junho de 2021, a partir da cisão parcial da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, da qual absorveu, em atendimento ao interesse coletivo, a provisão de Serviços de Navegação Aérea. A sua atuação, complementar à manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER), do Ministério da Defesa, representa um elo estratégico da estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), fundamental para segurança nacional. Não obstante as dificuldades enfrentadas pelo setor de transportes, em decorrência da pandemia da Covid-19, no atual processo de estruturação em que se encontra, cujo principal foco é a sustentabilidade econômica, a estatal tem logrado êxito na continuidade de sua atuação em prol do interesse nacional. A disponibilidade e a regularidade da prestação dos Serviços de Navegação Aérea mantiveram-se apoiadas pela consolidada estrutura existente, já em funcionamento antes da criação da empresa, alicerçada pela manutenção dos níveis de segurança operacional. Dessa maneira, as principais ações da empresa pública, nos seis meses iniciais de operação, voltaram-se para a consolidação de sua área administrativa e a reestruturação das atividades operacionais de Navegação Aérea, de forma a otimizar os custos. Nessa perspectiva, o grande desafio relaciona-se à implementação da normatização da empresa, que deve atender à sólida e extensa regulamentação dos Serviços de Navegação Aérea, em consonância com os requisitos estabelecidos pela Lei nº 13.303/16, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas estatais. Com esse objetivo, a Diretoria Executiva da empresa tem atuado de forma sinérgica, desenvolvendo ações para garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio principal da NAV Brasil, de forma a evitar, detectar e tratar quaisquer desvios ou inconformidades que possam ocorrer. Dentre as referidas ações, merece destaque o desenvolvimento de um acervo de documentos normativos e orientadores de melhores práticas com vistas à formação de um sistema de compliance empresarial e de governança que garanta o alinhamento dos processos da nova gestão com os objetivos estratégicos estabelecidos pela NAV Brasil. Em consonância com essa extensa produção de documentação, destacam-se, também, outras ações que permeiam a atividade fim da empresa, como o redimensionamento das estruturas operacionais das Dependências da NAV Brasil (DNB), com melhor aproveitamento do seu efetivo técnico e otimização de escalas operacionais dos órgãos onde os Serviços de Navegação Aérea são de fato prestados, bem como a redistribuição de pessoal que integrava estruturas regionais da empresa para a sede e para as DNB remanescentes, de forma a promover uma melhor alocação de recursos humanos para a prestação dos serviços, com eficiência, segurança e regularidade. Ressalte-se que, neste momento inicial de constituição da empresa, há uma intensa relação de interdependência de fatores. Algumas importantes ações dependem da conclusão desse processo de primeiro nível, referente à consolidação da estrutura da NAV. De modo semelhante, outras ações dependem da provisão de dotações orçamentárias e do repasse de recursos financeiros para a sua implementação. É o caso das ações de investimentos, que, por meio de um Planejamento Plurianual de adequação, ampliação e modernização da infraestrutura existente, promoverão, a partir da disponibilização de recursos, qualidade e excelência à rede de Serviços de Navegação Aérea. Dentre essas ações, destacam-se a recuperação e modernização de Torres de Controle, a aquisição de Estações Meteorológicas de Superfície, equipamentos de última tecnologia e toda a estrutura necessária para a prestação de Serviços de Navegação Aérea com excelência. A empresa tem o entendimento de que ainda há um longo percurso a ser trilhado até que seja concluída a sua estruturação. Reconhece o grande entusiasmo e correção técnica em todos os trabalhos desenvolvidos por seus empregados, situação que aponta para um horizonte ainda mais promissor, com uma empresa pública de Serviços de Navegação Aérea, que não seja apenas economicamente equilibrada, mas que também tenha capacidade para atender aos desafios para o desenvolvimento do transporte aéreo nacional, solucionando problemas e reduzindo custos para a sociedade.

Hiran Williams de Almeida - Presidente do Conselho de Administração.

#### VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A Lei nº 6.404/1976 estabeleceu aos administradores o dever de prestar contas aos seus acionistas, provendo informações minuciosas, profundas e reais sobre os atos de gestão e sobre as causas determinantes de prejuízos ou lucros do exercício findo. Tais informações estão detalhadas a seguir, em seus aspectos financeiros, patrimoniais e negociais, acompanhando-se, no que couber, recomendações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

**1. A EMPRESA:** A NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A, em atendimento ao interesse coletivo, é uma empresa pública brasileira dedicada à provisão de serviços de navegação aérea, com atuação complementar à manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro, fundamental para segurança nacional. Sua criação é o resultado de um trabalho conjunto desenvolvido por diversos órgãos do governo federal desde 2017, que, tendo sido submetido ao processo decisório de três Governos distintos, se permite caracterizar como uma verdadeira decisão de Estado. Dessa forma, a companhia emprega um modelo de gestão resultante do compromisso do poder público com a excelência na prestação dos Serviços de Navegação Aérea. **2. NEGÓCIOS SOCIAIS:** Com vistas ao desenvolvimento do transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade, a NAV Brasil atua na prestação de Serviços de Navegação Aérea aos usuários do SISCEAB, dentre os quais, destacam-se: • Serviços de Meteorologia Aeronáutica (MET): o 41 Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) - responsáveis por elaborar e divulgar observações meteorológicas de superfície nos aeródromos onde estão localizadas; o 4 Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) - responsáveis por elaborar e divulgar observações meteorológicas de camadas superiores da atmosfera; o 2 Centros Meteorológicos de Aeródromo (CMA) - responsáveis por elaborar e difundir previsões meteorológicas dos aeródromos sob a sua responsabilidade. • Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas (COM) - incluem toda a infraestrutura de comunicação relacionada ao controle do espaço aéreo, que opera através de complexos sistemas e equipamentos (rádios, redes de computadores, satélites, linhas de fibra óptica etc.); • Serviço de Informações Aeronáuticas (AIS): o 1 Centro de Informações Aeronáuticas (CAIS) – com a finalidade de processar os planos de voo e todas a mensagens de sua atualização; e o 3 Salas AIS – com a finalidade de processar os planos de voo e todas a suas mensagens de atualização. • Serviços de Tráfego Aéreo (ATS): o 20 Torres de Controle (TWR) - responsáveis por proporcionar o serviço de controle de tráfego aéreo nos aeródromos onde estão localizadas; o 23 Estações Rádio (AFIS) - responsáveis por proporcionar avisos e informações úteis para a realização segura e eficiente do voo; e • 13 Órgãos de Controle de Aproximação (APP) - responsáveis por prestar o serviço de controle de tráfego aéreo a voos controlados, nas áreas sob suas jurisdições. Com o compromisso de atender ao interesse coletivo e aos imperativos da segurança nacional, a NAV Brasil presta Serviços de Navegação Aérea em 44 aeródromos brasileiros (Dependências da NAV Brasil - DNB); dispõe de dois centros de meteorologia aeronáutica, responsáveis por realizar a previsão meteorológica para 80% (oitenta por cento) dos aeroportos brasileiros; efetua o trâmite de informações aeronáuticas em redundância ao serviço provido pelo Comando da Aeronáutica; e opera 23 equipamentos DME e 7 sistemas de telecomunicações aeronáuticas VHF, em um total de 30 instalações (Estações da NAV Brasil - ENB) que apoiam a navegação em rota. **3. CENÁRIO ECONÔMICO:** O tráfego aéreo, de uma forma geral, sofreu impactos consideráveis por consequência da pandemia da COVID-19, nos anos de 2020 e 2021, o que, por conseguinte, trouxe impacto à arrecadação de tarifas de navegação aérea, a principal fonte de receitas da NAV Brasil. A atividade relativa aos voos em âmbito nacional registrou uma redução de 36,8% no período de julho a dezembro de 2020, quando comparados ao mesmo período de 2019. Já na comparação com esse mesmo período de 2021, houve redução de 7,6%, passando a permitir expectativas de plena recuperação aos níveis anteriores à pandemia, até o final de 2022.



(Fonte dos dados: CGNA)  
Total de Movimentos – Brasil<sup>1</sup>

Entretanto, a recuperação da atividade aérea aos níveis anteriores da pandemia ainda enfrenta desafios por conta do aumento dos custos para as companhias aéreas, como o aumento do valor do querosene de aviação, que acumulou alta de 76,2%, em 2021, e a alta na cotação do dólar, de 7,47% no exercício passado. Não obstante o cenário existente nos primeiros 6 meses de operação da NAV Brasil, a transferência de estruturas operacionais do Comando da Aeronáutica, aliada à mudança na gestão das atividades da navegação aérea antes sob a responsabilidade da Infraero, proporcionaram o desejado equilíbrio, afastando qualquer necessidade de aportes por parte da União, como apresentado neste relatório, mantendo-se a empresa como “não dependente” dos recursos do Tesouro.

<sup>(1)</sup> Os dados sobre o total de movimentos, acima apresentados, publicados no Relatório Comparativo de Tráfego Aéreo de janeiro de 2022 pelo Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), consideram o total de voos das Regiões de Informação de Voo (FIR) e Áreas de Controle Terminal (TMA) constantes do Sistema Gerenciador de Estatísticas de Tráfego Aéreo (SETA Millenium), mediante metodologia do DECEA, ICEA e CGNA, que retira a duplicidade de voos que cruzaram mais de uma FIR ou TMA.

**4. PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS:** A NAV Brasil é empresa pública federal vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica (COMAER), criada pelo Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, com base na autorização legislativa constante da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, em decorrência da cisão parcial da Infraero. A estatal foi constituída por ocasião de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de junho de 2021, tendo sido sua sede instalada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, e a emissão do correspondente comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) realizado pela Junta Comercial do Rio de Janeiro (JUCERJA) em 15 de julho de 2021, para registro da personalidade jurídica da empresa. Conforme previsão legal, com a cisão parcial da Infraero, houve a versão para a NAV Brasil dos elementos ativos e passivos relacionados com a prestação de serviços de navegação aérea, incluídos os empregados, o acervo técnico, o acervo bibliográfico e o acervo documental. Portanto, no que diz respeito à infraestrutura operacional cindida da Infraero, foram transferidos 47 Órgãos Operacionais distribuídos pelo País, hoje denominados Dependências da NAV Brasil (DNB), 10 Coordenções regionalizadas, localizadas em Manaus, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, e 5 Gerências da então Superintendência de Navegação Aérea (DONA), em Brasília, as quais foram absorvidas pela estrutura da sede da nova Empresa no Rio de Janeiro. Da mesma forma, foram iniciados os estudos de necessidade de redimensionamento da infraestrutura e implementadas ações de reestruturação. Neste momento inicial de gestão, há que se considerar os três Objetivos Estratégicos da NAV Brasil: **OE 1.** Constituição da Empresa; **OE 2.** Perenidade da Condição de Empresa Pública Não Dependente; **OE 3.** Incremento da Capacidade Operacional. Com essas premissas, desdobram-se, no exercício findo, principalmente, os seguintes fatos administrativos: • Constituição da empresa; • Emissão do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da administração central da NAV Brasil; • Instalação da administração central; • Regularização de bens móveis recebidos do DECEA no prédio da administração central; • Transferência de 47 Órgãos Operacionais da Infraero à NAV Brasil; • Conferência de toda a carga patrimonial das 47 DNBs; • Emissão de CNPJs de 7 DNBs; • Regularização da situação de todos 85 próprios residenciais transferidos da Infraero à NAV Brasil; • Transferência, por sucessão trabalhista, de 1.648 empregados da navegação aérea, da Infraero à NAV Brasil; • Contratação de profissionais para cargos de chefia e assessoramento na administração; • Planejamento e implementação da estrutura de Governança Corporativa; • Elaboração de documentos de governança; • Contratação da empresa Infraero, com base na Lei que autoriza a criação da NAV Brasil – Lei nº 13.903/2019, para prestação de apoio técnico e administrativo, limitado a 2 (dois) anos, contado da data de constituição da nova estatal; • Redimensionamento da necessidade operacional e desativação de 3 Órgãos operacionais, que passaram a totalizar 44 DNBs; • Implementação de um Plano de Movimentação de Pessoal dos órgãos desativados; • Sub-rogação de 72 contratos administrativos relativos a serviços contínuos, não contínuos e de receita; • Emissão de 204 ordens de compra para suprir necessidades imediatas da infraestrutura operacional e administrativa; • Implementação de estrutura de conformidade e gerenciamento de riscos; • Sucesso processual em 116 processos de esfera cível e trabalhista; • Elaboração do Plano de Negócios 2022 e Planejamento Estratégico 2022-2026; e • Desenvolvimento do acervo de documentos normativos da empresa. **5. RECURSOS HUMANOS:** A força de trabalho inicial da NAV Brasil foi composta por: • Membros estatutários (Presidente e Diretores); • empregados transferidos da Infraero por sucessão trabalhista; e • empregados contratados para ocupar Cargos em Comissão de livre provimento.

Como já exposto, a constituição da NAV Brasil se deu a partir da cisão parcial da Infraero, conforme previsto no art. 2º da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autorizou o Poder Executivo federal a criar a sociedade. De acordo com esse mesmo diploma legal, em seu art. 12, §2º, “O quadro inicial de pessoal da NAV Brasil será composto pelos empregados da Infraero que, em 1º de setembro de 2018, já exerciam atividades diretamente relacionadas com a prestação de serviços de navegação aérea, transferidos por sucessão trabalhista, sem caracterizar rescisão contratual.” Assim, na Justificação e Protocolo de sua cisão parcial apresentada à Assembleia Geral convocada pela PGN, a Infraero relacionou um total de 1.648 (um mil, seiscentos e quarenta e oito) empregados que atendiam às condicionantes estabelecidas para transferência à NAV Brasil, por sucessão trabalhista, sendo tal Justificação e Protocolo aprovada, conforme deliberação concernente ao Item 1 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária e anexos à Ata AG Nº SEDE-AAG-2021/00004, de 30 de junho de 2021, da referida assembleia. A partir de então, o quadro dos empregados da NAV Brasil oriundos da Infraero sofreu alterações em razão de 21 (vinte e um) desligamentos e aposentadorias, reduzindo o quantitativo de empregados ativos a 1.627 (um mil, seiscentos e vinte e sete). Destes, excluindo-se 9 (nove) movimentações para compor força de trabalho, requisições e cessões, bem como 32 (trinta e dois) afastamentos (aposentadoria por invalidez e afastamento pelo INSS), e 36 (trinta e seis) outros afastamentos temporários, havia um efetivo disponível, ao final do exercício de 2021, de 1.532 (um mil, quinhentos e trinta e dois) empregados. A tal quantitativo, somem-se os 36 (trinta e seis) profissionais contratados para compor Cargos em Comissão de Livre Nomeação e Exoneração, para posições de chefia e assessoramento na administração central da empresa, passando o total a 1.548 (um mil quinhentos e quarenta e oito) profissionais atuando na prestação dos serviços de navegação aérea na NAV Brasil, incluídas as áreas de suporte administrativo e de apoio à sua governança. Tal quantitativo está coerente com a Portaria SEST/SEDDM/ME nº 12.771, de 27 de outubro de 2021, por intermédio da qual a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia aprovou o quantitativo de pessoal próprio da NAV Brasil, limitado a 1.698 profissionais. Com efeito, o dimensionamento do quadro de pessoal permanente da NAV Brasil para realizar os processos de gestão/suporte dependerá da eficácia desses processos e do volume de serviços demandado, parâmetros que somente serão possíveis avaliar com precisão, após um ciclo de pelo menos 1 (um) ano, a partir de quando será possível o planejamento de vagas para a realização de concurso público. Adicionalmente, de modo a minimizar os riscos de comprometimento de funções essenciais da empresa que a celeridade na transição Infraero / NAV Brasil possa gerar, foram iniciados estudos para “outsourcing” nas áreas contábil, fiscal, jurídica, de pessoal e de tecnologia da informação e comunicação (TIC), aliados à uma política severa de controle de custos e despesas instituída para fazer frente aos objetivos institucionais. De fato, a constituição da empresa cujo único objetivo é a prestação de serviços de navegação aérea justificou-se, sob o ponto de vista econômico, na alocação mais eficiente de recursos, por definição, escassos, devendo ser internalizados, pela nova entidade, conceitos de gestão próprios do setor privado, maximizando ganhos de eficiência na prestação do serviço público. **6. INVESTIMENTOS:** A prestação dos Serviços de Navegação Aérea vem sendo eficientemente gerenciada, desde 1941, pela Diretoria de Rotas, que, mais tarde, deu origem ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) – órgão central de um amplo sistema que emprega cerca de 15 mil profissionais do Comando da Aeronáutica (COMAER) e de diversas organizações, a quem o Estado, através da Autoridade Aeronáutica, concede autorização para a prestação destes serviços à sociedade. Em 1996, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) incorporou a empresa pública TASA - Telecomunicações Aeronáuticas S/A, tornando-se, também, importante elo do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), absorvendo a responsabilidade pela prestação de alguns dos Serviços de Navegação Aérea em diversas localidades do território nacional. Entretanto, como consequência do processo de concessão de aeroportos brasileiros à iniciativa privada, iniciado em 2012, agravado por um período de recessão econômica que resultou em significativa redução da atividade aeronáutica no País, esta empresa, nos últimos anos, passou a apresentar resultados financeiros negativos que chegaram a impactar a sua capacidade de investimento e, mesmo, de manutenção dos sistemas dedicados à prestação de Serviços de Navegação Aérea sob sua responsabilidade, uma das razões que levaram o governo federal a atuar para a cisão daquela empresa e criação da NAV Brasil Durante o processo que culminou com a constituição da NAV Brasil, o DECEA planejou ações com o objetivo de possibilitar que a nova empresa fosse constituída e implementasse uma estrutura compatível com os serviços por ela prestados à sociedade e na mais plena sintonia com os sistemas atualmente gerenciados pelo SISCEAB, reconhecidos que são, por sua excelência, tanto nacional quanto internacionalmente. Nesse sentido, a comissão instituída pelo DECEA para conduzir o processo de constituição da empresa realizou inspeções nas principais EPTA da Infraero e coletou informações junto à Infraero, com o objetivo de melhor identificar a real situação da estrutura, analisando os equipamentos, sistemas e suprimentos técnicos e identificando os investimentos necessários para a modernização dos sistemas e a reestruturação de processos. Nesse trabalho, verificou-se a falta de investimentos no setor de navegação aérea desde 2016, com consequências inquestionáveis na prestação dos serviços, devido a indisponibilidades frequentes de equipamentos e falta de sobressalentes para a solução de inoperâncias em tempo razoável, além de precária situação da infraestrutura das instalações em algumas localidades. O Plano de Negócios 2022 e Estratégia 2022 a 2026, aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2021, descreve os objetivos e as ações de nível estratégico a serem desenvolvidas pela administração para alcançá-los, considerando um escopo temporal de cinco anos (2022 a 2026), incluindo a realização de investimentos com vistas ao estabelecimento de uma Empresa Pública sustentável, eficiente e segura para o País. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO. 7. INDICADORES DE DESEMPENHO E LUCRATIVIDADE:** Para a correta interpretação dos indicadores econômicos e financeiros referentes aos primeiros seis meses de funcionamento da empresa, cabe destacar as circunstâncias peculiares do momento de implementação e consolidação de sua estrutura administrativa. Como já mencionado, a NAV Brasil foi constituída a partir da cisão parcial da Infraero, absorvendo sua infraestrutura operacional, o que não se estendeu à seara administrativa, para o que, vale dizer, a empresa se mantém apoiada, por meio de contrato de suporte administrativo com a empresa cindida, conforme previsão do art. 19 da Lei nº 13.903/2019, que autoriza a sua criação. Com efeito, o contexto em que se insere a nova estatal demanda uma série de evoluções, notadamente em relação à mencionada infraestrutura administrativa que, embora esteja sendo constituída e implementada em um curto espaço de tempo desde a sua criação, implicou no adiamento da realização de despesas necessárias à manutenção e modernização das instalações e da infraestrutura operacional. O adiamento dessas despesas, embora não tenha impactado a prestação dos serviços, refletiu nos resultados apresentados na demonstração financeira de 2021, conforme disposto no quadro a seguir:

DISCRIMINAÇÃO		2021
Resultado		R\$ milhões
Receita Operacional Líquida		389,2
Despesa Operacional		(315,1)
Outras Receitas		19,5
Resultado Líquido		93,6
Valores Patrimoniais		R\$ milhões
Imobilizado e Intangível		69,5
Patrimônio Líquido		100,2
Principais Indicadores		%
Liquidez Corrente		1,6
Margem Líquida		24
Margem EBITDA		22,9

Tabela 1 – Dados econômico-financeiro 2021

Em elucidação, o Resultado Líquido do exercício, obtido pela diferença entre as receitas operacionais e o montante dos custos necessários à manutenção das atividades operacionais, foi de R\$ 93,6 milhões. Embora já mencionado, vale ressaltar tratar-se de um resultado apurado em um período de apenas seis meses, influenciado, em parte, pela impossibilidade administrativa da realização de despesas, adiadas para o próximo exercício. Em relação ao Imobilizado e Intangível, registra-se o acréscimo decorrente da reversão da provisão para redução ao valor recuperável (Impairment), reconhecido inicialmente pela Infraero, no valor de R\$ 18,0 milhões e absorvidos pela NAV Brasil por ocasião da cisão daquela empresa. A reversão ocorreu no encerramento do exercício e aumentou o saldo da conta para R\$ 69,5 milhões, já considerada a depreciação do período. No que se refere ao Patrimônio Líquido, cumpre destacar que, devido ao resultado positivo de 2021, a empresa alcançou o saldo de R\$ 100,2 milhões, constituído por R\$ 51,7 milhões de Capital Social, sendo R\$ 26,7 milhões oriundos do patrimônio cindido da Infraero, somados aos R\$ 25,0 milhões do aporte feito pela União para a integralização do Capital Inicial da Empresa, além de R\$ 93,6 milhões de lucros acumulados no período, distribuídos conforme deliberação da Administração demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	Valor em R\$
Reserva Legal - 5% do Lucro Líquido do exercício de 2021	3.709.050
Juros sobre Capital Próprio	1.325.321
Distribuição de Dividendos	16.292.664
Reserva de Retenção de Lucros <sup>1</sup>	51.713.781
Aumento de Capital Social <sup>1</sup>	20.533.634
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>93.574.450</b>

1. Valores a serem deliberados na Assembleia.

Tabela 2 – Proposta de Destinação do Lucro

O Plano de Aplicação do Saldo do Lucro está discriminado conforme quadro a seguir:

Plano de Aplicação da Reserva de Lucros		Valores em R\$
Descrição		
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis		32.511.337
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Máquinas		4.334.845
Manutenção de Equipamentos de Informática e Teleprocessamento		35.401.233
<b>Total</b>		<b>72.247.415</b>

Tabela 3 – Plano de Aplicação da Reserva de Lucros

O índice de Liquidez Corrente de 1,6% indica uma boa saúde financeira da empresa para cumprir com suas obrigações de curto prazo. O saldo de contas a receber representa 85,7% do ativo circulante total, em decorrência da dinâmica de repasses das tarifas cujo prazo médio decorrido entre o faturamento e o efetivo repasse é de 60 dias, sendo baixo o nível de inadimplência e, portanto, reduzido o risco de impactos negativos no caixa da empresa. A apuração de receitas em montante superior aos gastos realizados permitiu à NAV Brasil superar a meta de sustentabilidade empresarial e encerrar o exercício com uma Margem Líquida de 24%. O indicador Margem EBITDA mede o percentual que a Empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros, de impostos e depreciação. O resultado de 22,9%, apresentado para esse indicador, demonstra o potencial de geração de caixa da atividade de prestação de serviços de navegação aérea. Com efeito, considerando que as Tarifas de Navegação Aérea recolhidas dos usuários pelos serviços prestados constituem a fonte primária de receita para a NAV Brasil, o principal fator para alavancar o crescimento da receita foi a retomada do tráfego aéreo decorrente da redução das medidas restritivas da Pandemia da COVID, no 2º semestre de 2021. **8. RESULTADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS: Receitas Tarifas de Navegação Aérea:** A Receita Bruta proveniente das Tarifas de Navegação Aérea totalizou o valor de R\$ 427,4 milhões no exercício de 2021, sendo constituída pelas tarifas TAT (Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Área de Controle Remoto e Área de Controle de Aproximação), no valor de R\$ 152,8 milhões, e pelas tarifas TAN (Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota), no valor de R\$ 274,6 milhões. **Recetas Comerciais:** As Receitas Comerciais referem-se aos serviços de Telecomunicações Aeronáuticas e Atendimentos Extraordinários a Aeronaves, comercializados pela NAV Brasil. As Receitas Comerciais em 2021 totalizaram o valor de R\$ 597,6 mil, sendo composto por 95,1% de receita proveniente dos serviços de Atendimentos Extraordinários a Aeronaves e 4,9% dos serviços de Telecomunicações Aeronáuticas. **Outras Recetas:** Receita não operacional decorrente dos ganhos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos apurados sobre as Diferenças Temporárias. **Despesas de Pessoal:** São consideradas as despesas com empregados e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria. O quadro de pessoal da NAV Brasil é composto por empregados públicos, oriundos de concursos, e empregados comissionados, todos sob o regime de trabalho celetista. As despesas de pessoal atingiram o montante de R\$ 87,6 milhões em 2021, com um aumento gradativo ao longo dos meses, decorrente das contratações necessárias para adequação da infraestrutura administrativa. **Serviços de Terceiros:** As despesas com serviços de terceiros totalizaram o valor de R\$ 10,9 milhões em 2021. Além disso, foi provisionado o valor de R\$ 12,4 milhões referente aos serviços prestados pela Infraero na competência do ano de 2021, visto que a NAV Brasil se mantém apoiada administrativamente, por meio de contrato, pela Infraero, conforme previsão do art. 19 da Lei nº 13.903/2019. Quanto às manutenções preventivas e corretivas necessárias nas Dependências da NAV Brasil, cabe ressaltar que não ocorreram de forma significativa no exercício de 2021, visto que se baseou nas sub-rogações contratuais da Infraero previstas na Lei 13.903, sendo gradativamente implementadas em 2022, à medida que as estruturas das áreas administrativas estejam com capacidade para suportar as licitações e contratos necessários. **Resultado Operacional Bruto:** O resultado do exercício, obtido pela diferença entre as receitas operacionais e o montante dos custos necessários à manutenção das atividades operacionais, foi de R\$ 93,6 milhões, devidos, em parte, ao adiamento de realizações de despesas de manutenção da infraestrutura. **9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** (Em milhares de reais)

## Rio de Janeiro

### NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais)				Demonstração de Resultado (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	Passivo Circulante	Nota explicativa	31/12/2021		Nota explicativa	31/12/2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>			Receita operacional líquida	<b>15</b>	389.184
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.433	Fornecedores de bens e serviços	10	32.509	Custos dos serviços prestados	<b>16</b>	(28.290)
Contas a receber	6	184.027	Cauções de terceiros	11	52.056	<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>360.894</b>
Estoques		7.103	Encargos trabalhistas	7	26.764	Despesas gerais e administrativas	<b>16</b>	(219.999)
Impostos a recuperar	7	74	Tributos a recolher	12	11	Outras despesas		–
Adiantamento para empregados		71	Recursos de terceiros		1.917	Outras receitas		148
Despesas antecipadas		1.914	Previdência complementar		17.618	<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>141.043</b>
Outros ativos		7	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	14.c	1.301	Despesas financeiras		–
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>214.629</b>	Outras obrigações	13	132.200	Receitas financeiras		–
<b>Não circulante</b>			<b>Total do passivo circulante</b>		<b>17</b>	<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>–</b>
Depósitos judiciais	9	1.563	<b>Não circulante</b>		<b>9</b>	<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>141.043</b>
Tributos diferidos		33.539	Benefício pós-emprego		80.911	(-) Imposto de renda e contribuição social		(66.863)
Imobilizado	8	68.845	Provisão para contingências		5.912	(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>18</b>	19.394
Intangível	8	657	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>86.823</b>	<b>Resultado líquido do período</b>		<b>93.574</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>104.604</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>14.a</b>	As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras		
<b>Total do ativo</b>		<b>319.233</b>	Capital social		51.714			
				Reserva Legal				
				Reserva de Lucros				
				Ajuste de avaliação patrimonial				
				<b>Total do patrimônio líquido</b>				
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>				

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)							Demonstração do Fluxo de Caixa (Em milhares de reais)		
	Notas explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	31/12/2021	
<b>Em 30 de junho de 2021</b> (Data de Constituição)		<b>51.714</b>	–	–	–	–	–	<b>51.714</b>	<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		–	–	–	(17.618)	–	–	(17.618)	<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>
Reserva Legal		–	3.709	–	(3.709)	–	–	–	Ajuste de avaliação patrimonial
Reserva de Lucros		–	–	72.247	(72.247)	–	–	–	Provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(41.606)	(41.606)	–	Depreciação e amortização
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial		–	–	–	–	14.146	14.146	–	Perda por redução do ativo imobilizado e intangível
Lucro do período		–	–	–	93.574	–	93.574	–	Benefício pós-emprego
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14</b>	<b>51.714</b>	<b>3.709</b>	<b>72.247</b>	–	<b>(27.460)</b>	<b>100.210</b>	<b>134.952</b>	<b>Variações nos ativos e passivos</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto Operacional:** A NAV Brasil, empresa pública sob a forma de sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, teve sua criação pelo Poder Executivo autorizada através da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2019. Com tal embasamento legal, a Empresa foi criada em 30 de junho de 2021, conforme disposto no Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, mediante versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero relativo à atividade de navegação aérea e pelo aporte de recursos realizado pela União. A NAV Brasil tem por objeto implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica. No desempenho de suas atribuições, tendo em vista a estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, a NAV Brasil atuará de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e, por conseguinte, de interesse estratégico para a segurança nacional. A NAV Brasil deverá assegurar a compatibilidade e a interoperabilidade de equipamentos, materiais e sistemas por ela utilizados na prestação dos serviços de navegação aérea com aqueles empregados pelo Comando da Aeronáutica no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. b) Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do País. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa. A Empresa foi constituída em 30 de junho de 2021, por essa razão as demonstrações Financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa. As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas a serem emitidas pela Administração em 23 de março de 2022. **3. Principais políticas contábeis:** A empresa aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, descritas a seguir: a) Caixa e equivalentes de caixa: A NAV Brasil classifica os recursos financeiros de caixa e bancos, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. b) Ativos financeiros não derivativos: i. A NAV Brasil classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. ii. A NAV Brasil classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Caixa e bancos; • Contas a receber; e • Depósitos judiciais. iii. Mensuração: No reconhecimento inicial, a NAV Brasil mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. iv. Impairment: A NAV Brasil avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *Impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. v. Outros instrumentos financeiros: Em relação aos passivos financeiros a NAV Brasil detém em suas operações: dívidas com fornecedores, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento dos contratos (Manutenção, limpeza, vigilância, dentre outros), a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram, dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado. c) Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*). É aplicada a abordagem simplificada, conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48, e, por isso, reconhecem-se as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. d) Estoques: Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável. e) Impostos, taxas e contribuições: i. Impostos a recuperar: O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização. ii. Impostos a recolher - Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC n.º 32. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa. A NAV Brasil, de acordo com o CPC n.º 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas. f) Partes relacionadas: As operações entre quaisquer das partes relacionadas da NAV Brasil, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. g) Imobilizado: O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável

(*impairment*), quando aplicável. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Todo o grupo de ativos tangíveis, exceto o imobilizado em andamento, passou pelo teste de “recuperabilidade” (*impairment*). h) Intangível: O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*impairment*). Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. i) Provisões e Passivos: Provisões para riscos contingenciais: As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade. As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências. Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo. Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 9. ii. Passivos Contingentes: Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 9. j) Benefícios a empregados: A Empresa concede benefícios a empregados, incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde – PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O benefício odontológico é oferecido por meio de empresas de prestação de serviços odontológicos, para atendimento a seus empregados, filhos, enteados, menor sob tutela e seu cônjuge ou companheiro(a). O PAS é um auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento, ofertado a empregados, seus dependentes legais, aposentados, pensionistas, membros da diretoria e contratado(a) para exercício exclusivo de cargo em comissão. A NAV Brasil é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33 – Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos. O custo dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria. O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Empresa e não podem ser pagos diretamente a Empresa. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano. Ganhos e perdas atuariais são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente. k) Reconhecimento de Receita: As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente: i. Receita da prestação de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. ii. Receita financeira: A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. l) Demonstrações dos Fluxos de Caixa: A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m) Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: i. Julgamentos: Na elaboração das demonstrações financeiras da Empresa, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. ii. Estimativas e premissas contábeis significativas: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*). Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos

custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. o) Apuração do Resultado: O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento. p) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante: Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76, alterados pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09. **4. Novas normas, alterações e interpretações contábeis:** a) Mudanças nas principais políticas contábeis: **Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotá-las, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8 - Definição de Omissão Material.** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurcimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.” Não é esperado que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	
	31/12/2021
Bancos	21.433
Total	21.433
Uma das prioridades da gestão financeira da NAV Brasil foi o controle eficiente do fluxo de caixa, tendo em vista a necessidade de adequação à Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea Prestados pela NAV Brasil, estabelecidas na ICA 12-35/2021, do Comando da Aeronáutica, que estabelece um lapso de tempo considerável entre o faturamento e o efetivo repasse dos recursos. Desse modo, o maior destaque relacionado aos recebimentos deveu-se aos repasses realizados pelo Comando da Aeronáutica, viabilizados pelo DECEA. Baseado em acompanhamento tempestivo da saúde financeira, o caixa total no final do exercício ficou em R\$ 21.433. Os saldos disponíveis em contas bancárias no último dia de cada mês foram priorizados para o pagamento dos salários no primeiro dia útil do mês subsequente, inviabilizando qualquer possibilidade de aplicação financeira. Em relação às saídas de caixa, destacam-se as despesas com pessoal, representando 38%, e os impostos, representando 35% dos pagamentos efetuados no exercício de 2021. <b>6. Contas a receber:</b> O saldo de contas a receber está apresentado pelo valor original com a seguinte composição: a) Composição do Contas a Receber:	
	<b>31/12/2021</b>
Comunicação Aux. Nav. Aérea e Comerciais	184.027
<b>Total</b>	<b>184.027</b>
Circulante	184.027
<b>Total</b>	<b>184.027</b>
<b>7. Impostos, taxas e contribuições:</b> a) Tributos a recuperar: O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 74, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de créditos de PIS e COFINS.	
	<b>31/12/2021</b>
PIS e COFINS	74
<b>Total</b>	<b>74</b>
b) Tributos a recolher	
	<b>31/12/2021</b>
PIS e COFINS	8.019
INSS s/ terceiros	40
Impostos a recolher (retenção) – Lei 9.430/96	99
ISS a recolher	76
IRRF	6
IRPJ	13.616
CSLL	4.908
<b>Total</b>	<b>26.764</b>
<b>8. Imobilizado e intangível</b>	
a) Composição imobilizado	
	<b>31/12/2021</b>
Custo histórico	126.678
Depreciação	(57.833)
Redução ao valor recuperável	–
<b>Total</b>	<b>68.845</b>

### NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

#### b) Movimentação imobilizado

Taxa de Depreciação	Saldo em 30/06/2021 (Proveniente da Cisão)	IMOBILIZADO			Saldo em 31/12/2021
		Adições	Baixa	Transf.	
<b>Custo</b>					
Edificações e Benfeitorias	69	-	-	-	69
Imobilização em Andamento	12.143	-	-	(12.143)	-
Instalações, Máquinas e Equipos	93.191	22.941	-	-	116.132
Móveis e Utensílios	6.371	29	-	-	6.400
Veículos	3.919	12	-	-	3.931
Outros	10.913	-	-	(10.766)	147
Redução ao Valor Recuperável	(17.249)	-	-	17.249	(0)
<b>Total</b>	<b>109.357</b>	<b>22.981</b>	-	<b>(5.660)</b>	<b>126.678</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(66)	-	-	(66)
Instalações, Máquinas e Equipos	10% e 5% a.a.	(45.262)	(3.982)	-	(49.244)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(4.596)	(177)	-	(4.773)
Veículos	25% a.a.	(3.609)	(16)	-	(3.625)
Outros		(123)	(2)	-	(125)
<b>Total</b>		<b>(53.656)</b>	<b>(4.177)</b>	-	<b>(57.833)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>55.701</b>	<b>18.804</b>	-	<b>68.845</b>

#### c) Composição intangível

Custo histórico					31/12/2021
Amortizações					5.974
Redução ao valor recuperável					(5.317)
<b>Total</b>					<b>657</b>

#### d) Movimentação intangível

Taxa de Depreciação	Saldo em 30/06/2021 (Proveniente da Cisão)	Adições	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2021
<b>Custo</b>					
Licença de uso de software	5.974	-	-	-	5.974
Redução ao valor recuperável	(736)	-	736	-	-
<b>Total</b>	<b>5.238</b>	-	<b>736</b>	-	<b>5.974</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Licença de uso de software	20% a.a.	(5.202)	(115)	-	(5.317)
<b>Total</b>		<b>(5.202)</b>	<b>(115)</b>	-	<b>(5.317)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>36</b>	<b>(115)</b>	<b>736</b>	<b>657</b>

#### e) Teste de recuperabilidade: Foi aplicado o teste do Impairment por meio de fluxo de caixa projetado, assim como os efeitos na taxa de desconto, e não identificada a necessidade de registro de perda por Impairment, dado que o valor recuperável da unidade geradora de caixa é superior ao saldo contábil dos ativos (imobilizado e intangível). f) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado: Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 4.292, sendo R\$ 4.177 referentes à depreciação e R\$ 115 amortização. **9. Provisão para demandas judiciais:** A NAV Brasil é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista, em decorrência da cisão parcial da Infraero, no que concerne, exclusivamente, à atividade desta entidade, relativa à prestação de serviços de navegação aérea, nos termos previstos na Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019 e no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Infraero, registrada na JUCIS-DF sob o nº 1707574, em 09/07/2021, bem como em novas demandas propostas após a constituição da NAV Brasil, aprovada na Assembleia Geral de Constituição da NAV Brasil, registrada na JUCERJA sob o nº 3330033925-6 em 15/07/2021. Dentre os processos judiciais (cíveis e trabalhistas) relacionados no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, ressalva-se que (i) ainda não houve a efetiva inclusão da NAV Brasil no polo passivo de todas as demandas, seja em sucessão ou em conjunto com a Infraero, bem como (ii) diversos processos já foram encerrados e/ou arquivados. Além dos processos relacionados no referido Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, a NAV Brasil foi citada e incluída no polo passivo ou como terceira interessada em processos judiciais trabalhistas por se tratar de demandas de empregados transferidos para a Estatal, por sucessão trabalhista. Diante das considerações acima, a NAV Brasil é parte ou virá a ser incluída no polo passivo de ações judiciais (cíveis e trabalhistas). O monitoramento dos processos em que a NAV Brasil já é parte é conduzido pela Assessoria Jurídica interna da Empresa. A Empresa avalia suas contingências tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e indicação de valores estimados para fins de provisionamento ou apontamento contábil são elaboradas com base em análise da Assessoria Jurídica e melhor julgamento da Administração, no Atto Normativo nº SEDE-ANO-2020/00011, de 03/06/2020, da Infraero, aplicável à NAV Brasil por sucessão do acervo técnico, bibliográfico, documental nos termos do art. 3º da Lei nº 13.903/2019. Consideram-se, portanto, os seguintes níveis de risco: Provável – Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da NAV Brasil, como risco alto ou praticamente certo. Possível – Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio. Remoto – Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa. Com base em informações do setor jurídico e critérios acima, a Administração efetuou a análise dos processos pendentes e, com base nas experiências anteriores e no acervo transferido da Infraero na forma da referida lei referentes às quantias reivindicadas, sugeriu o provisionamento das demandas avaliadas como de provável risco de perda e a indicação de valores para demandas avaliadas como de possível risco de perda em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, quando já possível a indicação do valor efetivamente perseguido pela parte ou, quando o valor econômico não puder ser aferido ou possuir grande complexidade de apuração, foi indicado como valor para fins de provisionamento o valor da causa. Assim, tem-se que a NAV Brasil é ou será parte passiva em processos das seguintes naturezas: • Ações Trabalhistas: existem pedidos diversificados formulados por empregados transferidos à NAV Brasil, pleiteando: incorporação de gratificação pelo exercício de função de confiança por mais de 10 anos ou incorporação de gratificação por progresso especial, enquadramento como radiotelefonista e pagamento de horas extras e adicional noturno, briefing operacional, adicional de periculosidade, suspensão do contrato de trabalho, nulidade de sindicância, indenização por danos morais. Sobre os temas acima, é relevante observar que as decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. • Ações Cíveis: existem pedidos diversificados formulados por empregados transferidos à NAV Brasil envolvendo concurso público, transferência funcional e tarifas de navegação aérea. a) Processos judiciais provisionados: Considerando a relação total de processos judiciais (trabalhistas e cíveis) transferidos para a NAV Brasil na cisão parcial da Infraero, conforme relação indicada no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, aí incluídas as demandas cuja Empresa já é parte (processos novos e processos originalmente propostos em face da Infraero), assim como as que, dispostos no citado anexo do Protocolo, a NAV Brasil não foi incluída no polo passivo, os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados nos termos anteriormente indicados e estão demonstrados no quadro a seguir:

#### Processos prováveis

Processos trabalhistas					31/12/2021
Processos cíveis					5.910
<b>Total</b>					<b>5.912</b>

#### A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:

#### Movimentação das ações prováveis

	30/06/2021	Adições	Reversão	31/12/2021
Processos trabalhistas	4.291	1.619	-	5.910
Processos cíveis	2	-	-	2
<b>Total</b>	<b>4.293</b>	<b>1.619</b>	-	<b>5.912</b>

#### b) Processos judiciais não provisionados: Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R\$ 7.726, conforme demonstrado no quadro abaixo:

#### Processos possíveis

Processos trabalhistas					31/12/2021
Processos cíveis					2.245
<b>Total</b>					<b>5.481</b>

#### c) Depósitos recursais e judiciais: Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Em 31/12/2021, os depósitos judiciais mantidos pela Empresa representam R\$ 1.563, conforme apresentados a seguir:

#### Depósitos Recursais e Judiciais

Processos trabalhistas					31/12/2021
Processos cíveis					1.563
<b>Total</b>					<b>1.563</b>

#### 10. Fornecedores: O saldo de R\$ 32.509, em 31/12/2021, representa as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte. **11. Encargos trabalhistas**

Encargos sobre férias					31/12/2021
Férias a pagar	9.804				9.804
Ordenados e salários a pagar	22.901				22.901
FGTS a Recolher	5.811				5.811
INSS a Recolher	2.068				2.068
IRRF s/ folha de pagamento	6.202				6.202
<b>Total</b>	<b>5.270</b>				<b>52.056</b>

#### Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, quando eles são liquidados. **12. Recursos de terceiros:** Os Recursos de Terceiros estão constituídos pelos seguintes valores:

Comando da aeronáutica					31/12/2021
<b>Total</b>					<b>11</b>

#### Comando da Aeronáutica: recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da NAV Brasil sobre imóveis de propriedade da União, sob a responsabilidade e guarda da NAV Brasil.

#### 13. Outras obrigações

Obrigações – Circulante					31/12/2021
Consignações a recolher	1.114				1.114
Pensões judiciais a pagar	187				187
<b>Total Circulante</b>	<b>1.301</b>				<b>1.301</b>

#### 14. Patrimônio líquido

Capital social					2021
Reserva legal					51.714
Reserva de lucros					3.709
Ajuste de avaliação patrimonial					72.247
<b>Total</b>					<b>(27.460)</b>

#### a) Composição Acionária do Capital Social: Na Assembleia Geral de Constituição, de 30/06/2021, foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, nos termos do Decreto n.º 10.589/2020, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e pela versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero relativo à atividade de navegação aérea, no valor de R\$ 26.713.780,59 (vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos). Constituinte o Capital Social de R\$ 51.713.780,59, subscrito e integralizado, representado por 195.106 (cento e noventa e cinco mil e cento e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da União. b) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial registra as contrapartidas de transações que afetarão valores de ativos e passivos em relação ao valor justo. Na Companhia, os valores registrados nessa rubrica, representam os ganhos e perdas atuariais (registrados em Outros Resultados Abrangentes – ORA) com o plano de assistência à saúde e de previdência privada dos empregados e aposentados, conforme detalhado no quadro a seguir:

#### Ajuste de avaliação patrimonial

					31/12/2021
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – Plano CV					13.820
Programa Auxílio Saúde – PAS					27.786
Tributos Diferidos					(14.146)
<b>Total Ajuste de avaliação patrimonial</b>					<b>27.460</b>

#### c) Destinação do Resultado: De acordo com o Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber com dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

#### Lucro Antes do IRPJ e CSLL

IRPJ/CSLL					31/12/2021
Reserva Legal					141.043
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>					<b>66.863</b>
Reserva Legal					74.180
<b>Base de Cálculo Dividendos e JCP</b>					<b>37.479</b>

#### Dividendos e JCP

JCP 1					17618
Dividendos					1.325
Reserva de Retenção de Lucros 1					16.293
Aumento de Capital Social 1					51.714
<b>Saldo de Lucros Acumulados</b>					<b>20.533</b>

#### 15. Receita operacional líquida: As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.

#### Receita Bruta

Comerciais					31/12/2021
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea					428.029
<b>Deduções</b>					<b>(38.845)</b>
PIS					(6.929)
COFINS					(31.916)
<b>Receita Líquida</b>					<b>389.184</b>

#### A Sociedade avaliou a aplicabilidade do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente nas suas demonstrações financeiras e concluiu não ser aplicável às suas operações. **16. Despesas por natureza:** Os custos dos serviços prestados, R\$ 28.290, despesas gerais e administrativas, R\$ 219.999, e provisões com IRPJ/CSLL, R\$ 66.863, são compostos pelos seguintes grupos:

					31/12/2021
Pessoal					87.554
Encargos diretos com pessoal					61.144
Encargos indiretos com pessoal					32.505
Serviços Contratados e Locações					11.004
Utilidades – Serviços Públicos					3.639
Despesas Gerais					9.923
Outras provisões					105.090
Depreciações e Amortizações					4.293
<b>Total</b>					<b>315.152</b>

#### 17. Benefícios a empregados: a) Plano de Previdência Complementar: Em julho de 2021, a NAV Brasil tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. O de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representa o valor estimado das reduções. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis. Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos. O INFRAPREV possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A NAV Brasil participa apenas no Plano de Contribuição Variável que está aberto à entrada de novos participantes.

#### Planos Benefícios Classificação Vigência

Plano CV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida *	Aberto
----------	------------------------	-------------------------	--------

(\* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido. Perfil de Participantes dos planos

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Planos</b>	<b>Ativos * Assistidos **</b>	<b>Total Ativos * Assistidos **</b>
Plano CV	1.275	0
Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas. A NAV Brasil contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas na data base de 31 de dezembro de 2021. Premissas atuariais e econômicas	0	0
<b>Hipóteses</b>	<b>CV</b>	
Crescimento real dos salários	0,00% a.a.	
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.	
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	8,74% a.a.	
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	5,32% a.a.	
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado	
Regime financeiro	Capitalização	
Expectativa de inflação	3,25% a.a. obtida a partir da média das metas de inflação projetadas pelo BACEN para o triênio 2022-2024	
Tábua de rotatividade (Turnover)	0,00%	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	

Composição Familiar – Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável: • Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários, foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas no "Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2021", disponibilizado pelo INFRAPREV. • Percentual de Casados: 80%. ✓ Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos. ✓ Filho temporário até os 24 anos. • Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo INFRAPREV. Taxa de Desconto Atuarial Real: A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com vencimento em 15/8/2035, com duração aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da NAV Brasil no plano são as seguintes:

Duration (anos)	Taxa de desconto
16,66	5,32%

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável

As hipóteses foram adotadas em consonância com os estudos de adequação de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, a qual foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento próximo à duração do passivo, a qual foi calculada usando-se a metodologia definida na Instrução nº 33, de 23/10/2020, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Valor Justo dos Ativos do Plano

#### Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos

Valor justo dos ativos no início do período					31/12/2021
Receita de juros					36.894
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano					340
Contribuições do patrocinador					340
Benefícios pagos pelo plano					-
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação					37.574
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período					

## Rio de Janeiro

Sexta-feira, 25 de março de 2022 – Diário Comercial – 12

### NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC nº 32. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

IMPOSTOS DIFERIDOS			
Impostos Diferidos	31/12/2021	IRPJ 25%	CSLL (9%)
INDEN. TRABALHISTAS - CONSTITUIÇÃO	3.680	920	331
DESPESAS COM PERDAS ESTIMADAS NO ESTOQUE	2.798	700	252
DESPESA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	67.092	16.773	6.038
PROVISÃO SERV. PRESTADO	12.683	3.171	1.141
DEPRECIACÃO	2.045	511	184
CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	88.298	22.074	7.947
INDEN. TRABALHISTAS - REVERSÃO	(2.255)	(564)	(203)
DESPESA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	(27.786)	(6.947)	(2.501)
DEPRECIACÃO	(1.217)	(304)	(109)
REVERSÃO DE PROVISÕES	(31.258)	(7.815)	(2.813)
TOTAL DE DIFERIDOS SOBRE DIF.TEMPORÁRIAS	57.040	14.260	5.134
TOTAL DE DIFERIDOS SOBRE VARIAÇÃO PATRIMONIAL	41.606	10.401	3.745
<b>ATIVO FISCAL DIFERIDO</b>	<b>33.539</b>		

c) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social -Redução ao Valor Recuperável: Foi constituída provisão de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre a baixa do valor da Redução ao Valor Recuperável do imobilizado e do intangível para a avaliação de consultoria especializada.

	31/12/2021
Baixa da Redução ao Valor Recuperável	17.985
Imobilizado	17.249
Intangível	736
<b>Contribuição Social Devida (9%)</b>	<b>1.619</b>
<b>Imposto de Renda Pessoa Jurídica (25%)</b>	<b>4.496</b>

**19. Partes relacionadas:** a) Patrocinado: O Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. b) Remuneração da administração: As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da NAV Brasil estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R\$:

Diretoria	2021
Maior Remuneração:	28.371
Remuneração Média:	26.250
Menor Remuneração:	25.190

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R\$ 2.843,73. Em 30/6/2021, a Assembleia Geral de Constituição aprovou no Estatuto Social da NAV Brasil com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, em atendimento a Lei n.º 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros

do COAUD foi fixada em R\$ 5.684,47. **20. Informações por atividades:** A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “navegação aérea” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **21. Ativo e passivo compensado:**

	31/12/2021			30/06/2021	
	Taxa de Depreciação	“Adições/ Excluídas”	Transfe- rências	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	-	-	-	31.838
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	-	-	-	46.754
Custo Depreciações/ Amort. Acumuladas		(1.705)	-	(46.554)	(44.849)
<b>TOTAL</b>		<b>(1.705)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.038</b>
					<b>33.743</b>

**22. Remuneração aos empregados**  
As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas ao quarto trimestre de 2021 em R\$:

Empregados	2021
Maior Remuneração:	35.929
Remuneração Média:	8.786
Menor Remuneração:	2.374

**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO**  
Presidente

**MARCIO OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Contador  
CRC – RJ-056412/O-0

**MARCELO MORAES DE OLIVEIRA** - Diretor de Operações

**CARLOS ROBERTO SANTOS** - Diretor de Administração

#### RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Aos Administradores da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo entre 30 de junho de 2021 (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo entre 30 de junho de 2021 (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** a) **Estoques:** Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta rubrica está representado por R\$ 7.103 mil. No entanto, pelo fato de termos sido contratados pela NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. após 31 de dezembro de 2021, não acompanhamos o inventário físico dos estoques (R\$ 13.079 mil) para esta data base. Adicionalmente, não foi disponibilizado para nosso exame documentação hábil para que pudéssemos validar o saldo credor da rubrica provisão para perda por obsolescência de estoques (R\$ 5.976 mil). Assim sendo, não podemos nos certificar da existência física dos estoques, bem como identificar eventuais ajustes que poderiam advir da referida contagem física e da disponibilização da documentação hábil do registro contábil de tal provisão para perda. b) **Outras contas a pagar** - diversos: Não foi disponibilizado para nosso exame as análises que suportassem o saldo R\$ 7.471 mil registrado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2021. Assim sendo, não podemos nos certificar da adequação do referido saldo, bem como identificar eventuais ajustes que poderiam advir do referido exame. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou ou necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

**Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes**  
CRC-RJ 005.333/O-0.  
**Paulo Buzzi Filho, Contador**  
CRC-RJ 071.138/O-5.



#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2022, o Conselho Fiscal da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da proposta para destinação do resultado da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo as Notas Explicativas, Nota Complementar, a manifestação do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes, esse último emitido pela Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, com duas ressalvas relacionadas às contas estoque e outras contas a pagar – diversos, e elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no

Brasil. **CONSIDERANDO** o Parecer da Auditoria Independente que concluiu, exceto pelos efeitos das citadas ressalvas, que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia; **CONSIDERANDO** a manifestação do COAUD, na reunião do CONSAD, do dia 23 de março de 2022, de forma FAVORÁVEL à aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício de 2021; **CONSIDERANDO** a deliberação do CONSAD, de 23 de março de 2022, pela aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício de 2021; pela aprovação da Destinação do Lucro Líquido relativos ao exercício de 2021; pela aprovação do Relatório Anual referente ao exercício de 2021; **CONSIDERANDO** os esclarecimentos

realizados pela Diretoria de Administração em reunião do dia 23 de março de 2022; **OPINA:** Que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. a ser realizada em 27 de abril de 2022. Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

**GILSON ALVES DE ALMEIDA JUNIOR** - Presidente  
**REGIS XAVIER HOLANDA** - Conselheiro  
**MARCONI BENTES MANGABEIRA ROCHA JUNIOR** - Conselheiro

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1974-378A-A91E-C9F0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1974-378A-A91E-C9F0



### Hash do Documento

97E095BDAFF463C68B84E9C57E5D94BB79785477A6BF305C666E78DCF05DE89A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/03/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
25/03/2022 02:52 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

